

CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO № 01/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 03/2023 REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão na Forma Eletrônica

Tipo: Menor Preço - Maior Desconto por Lote

Recebimento das Propostas: até 06/04/2023 às 10:00 horas.

Abertura e Julgamento das Propostas: às 13:00 horas do dia 06/04/2023. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30 horas do dia 06/04/2023.

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado"

Formalização de Consultas/Encaminhamentos:

E-mail: mr.pruner@gmail.com

saudejocelir@itaiopolis.sc.gov.br - Telefone: 47 3652 - 1893/1787.

Site: http://www.itaiopolis.sc.gov.br

PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº 1617/2015, de 1º de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 2025/2018, de 27/03/2018 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, voltado para pacientes internados, em observação e saúde do trabalhador, com cobertura de urgência e emergência, ininterruptamente durante 24 horas (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão**, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de licitações e Leiloes.
- 2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Itaiopolis, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da **Bolsa de licitações e Leiloes.** (http://bllcompras.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação qualquer empresa Individual ou sociedade, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**. Que poderá ser feito através do telefone (41) 3097-4600 ou através do site http://bllcompras.org.br no link CADASTRAMENTO.
- 4.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- 4.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
- 4.5. O proponente deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresa associadas à **Bolsa de Licitações e Leiloes**, até no mínimo **uma hora antes do horário fixado no edital** para o recebimento das propostas.
- 4.6. O cadastramento do proponente deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) **Instrumento particular de mandato** outorgado à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no Pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões** (Anexo IV).
- b) A empresa participante do certame não deve ser "identificada". Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Proponente vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o Regulamento operacional da BLL Bolsa de Licitações e Leilões, **Anexo IV.**

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas:
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor:
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

- 5.2. As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **4.6 "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: http://bllcompras.org.br;
- 5.3. A participação do proponente no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas a BLL Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 5.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do proponente, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa. 5.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BII Bolsa de Licitações e Leilões.**



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 5.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo **BII Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

PARTICIPAÇÃO

- 5.9. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 5.10. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 5.11. Quaisquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bllcompras.org.br.
- 5.12. Até a abertura da sessão, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.13. A partir do horário previsto no Edital e no sistema terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 5.14. Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- b) que por ação do proponente ofertante contenham elementos que permitam sua identificação.
- 5.15. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.16. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Anexo I Termo de Referência.
- 5.19. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 5.20. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.22. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão do Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico.

MODO DE DISPUTA

- 5.23. Será adotado o modo de **disputa aberto e fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, observando as regras constantes no item 5.14.
- 5.24. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará até quinze minutos, improrrogáveis.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 5.25. Encerrado o prazo do item 5.24 o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 5.26. Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 5.25, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.27. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.26, os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 5.28. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.26 e 5.27, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de acordo com a melhor vantagem.
- 5.29. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 5.26 e 5.27, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 5.28.
- 5.30. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 5.29.
- 5.31. O Pregoeiro anunciará o proponente detentor do menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de lance.
- 5.32. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Anexo II deste Edital, deverão ser anexados no sistema de compras eletrônicas, endereço http://bllcompras.org.br, devendo o proponente anexar ao processo deste pregão quando do cadastramento da proposta de preço, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 5.32.1. A documentação solicitada não deve estar com data de emissão posterior a data do certame.
- 5.33. O Pregoeiro solicitará ao proponente melhor classificado que, no prazo máximo de ate 03 (três) horas, após o encerramento do prazo para manifestação de recurso, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, para o e-mail cpl@itaiopolis.sc.gov.br, em conformidade com o Anexo II.
- 5.34. As empresas ME e EPP poderão apresentar os documentos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista na forma do Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 5.35. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de adjudicação até o recebimento da documentação dentro das condições dispostas no **Anexo II.**
- 5.36. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação, dentro do prazo estabelecido no Anexo II acarretará nas sanções previstas no item 22 deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subseqüente.
- 5.37. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtida melhor oferta.
- 5.38. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 5.39. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 5.40. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP.

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Proponente será responsável por todas as transações que



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 -

Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2.1. As propostas inseridas no sistema eletrônico não poderão conter elementos que caracterizem ou identifiquem a empresa proponente, ex: nome da empresa, telefone, dados bancários, logomarcas. As propostas que identifiquem a proponente serão desclassificadas
- 6.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto
- 6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. A Empresa vencedora deverá enviar a Prefeitura Municipal/Departamento de Licitações, a Proposta de Preços final, com os valores oferecidos após a etapa de lances, conforme descrito no Anexo II.

7.2. Na proposta final, deverá conter:

- a) Valor unitário e total dos itens e do lote, já computados eventuais impostos e outras despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento:
- b) O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais. Em caso de ausência ou divergência no prazo de validade, prevalecerá a estabelecida no Edital.
- c) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.
- d) Dados da conta corrente que deverá ser efetivado o crédito, contendo o nome do banco, agência e número da conta.
- 7.3. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a proponente que oferecer o menor preço Maior Desconto por Lote.
- 7.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 7.5. As Proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Fundo Municipal de Saúde e/ou a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 7.6. As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1. Para julgamento será adotado o critério de "MENOR PREÇO MAIOR DESCONTO POR LOTE", observado o prazo para fornecimento, as especificações e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.
- 8.2. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9. DOS CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

- 9.1. Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, será procedido o seguinte:
- a) A ME e EPP melhor classificada será convocada para apresentar a nova proposta após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, aplicando-se a regra aos demais proponentes que se enquadrarem na hipótese de ME EPP:



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- b) Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem como ME EPP na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Federal º 8.538/2015.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP, que se encontrem na situação descrita no item referente ao Empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar oferta;
- d) O disposto nas alíneas anteriores somente se aplicará quando a melhor proposta, superada a a fase de lances, não tiver sido apresentada por ME e EPP:
- e) Nesse momento, o pregoeiro verificando que há proponente na condição de ME EPP, em caso positivo, indagá-la-á sobre a intenção do exercício das prerrogativas trazidas pela Lei Complementar nº 123/06 e alterada pela Lei Complementar nº 147/2014;
- f) A proponente devidamente enquadrada como ME e EPP, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 e alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade Fiscal e trabalhista, na forma do Decreto Federal 8.538/2015;
- g) Será concedido à proponente vencedora, enquadrada no caput deste item, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério da administração pública e, desde que solicitado, por escrito, pela proponente;
- h) A não regularização das pendências, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas pela cláusula PENALIDADES do edital e Lei nº 8.666/93.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos de habilitação solicitados deverão ser fornecidos de forma online no sistema de compras eletrônicas, endereço http://bllcompras.org.br, devendo o proponente anexar ao processo deste pregão quando do cadastramento da proposta.
- 10.2. Os documentos deverão estar de acordo com o Anexo II.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 11.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que o viciaram, direta e exclusivamente na PLATAFORMA DA BLL (www.bll.org.br).
- 11.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 11.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 11.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame. 11.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante, será informado pelo Pregoeiro no Sistema BLL a data para manifestação de recursos, será concedido o prazo de no mínimo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, esclarecendo que a falta desta manifestação imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte dos proponentes.
- 11.2.1. O proponente que desejar interpor recurso deverá manifestar motivadamente, no campo próprio da PLATAFORMA DA BLL (http://bllcompras.org.br), sua intenção de interpor recurso onde reduzirá a termo a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, indicando de forma clara e objetiva os atos e decisões que pretende impugnar, ficando a empresa cientificada que as razões de recurso ficam vinculadas a sua manifestação na sessão.
- 11.2.2. A apresentação de razões de recurso diversa da intenção de recurso apresentada na sessão implicará no não conhecimento do Recurso na parte em que inovou.
- 11.2.3. É vedada a utilização de recurso como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação.
- 11.2.4. Identificado tal comportamento poderá o(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade superior arquivar sumariamente os expedientes.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 11.3. O prazo para apresentação das razões do recurso é de 3 (três) dias úteis, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 11.4. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados em documento original diretamente ao Departamento de Compras e Licitações, Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, CEP 89340-000, Município de Itaiopolis SC, em dias úteis, no horário de expediente, o qual deverá recebê-lo, examiná-lo e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência. OBSERVAÇÃO: Também serão reconhecidos os recursos e contrarrazões de recurso enviados para o e-mail cpl@itaiopolis.sc.gov.br desde que remetidos tempestivamente, devendo ser mencionado no assunto do e-mail o número do Pregão Eletrônico.
- 11.5. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública de Pregão Eletrônico caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.
- 11.6. A Administração não se responsabiliza pela falha na entrega dos recursos ou contrarrazões, uma vez que a entrega é opcional e de responsabilidade exclusiva da interessada.
- 11.7. Não serão conhecidos os recursos ou as contrarrazões de recursos interpostos fora do prazo estabelecido no Edital, e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente e/ou não identificado para responder pela proponente.
- 11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos para apresentação de recursos ou contrarrazões de recursos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis e o horário de expediente da Prefeitura Municipal.
- 11.8.1 A Prefeitura Municipal de Itaiópolis atende em dias úteis das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o objeto da licitação será adjudicado à proponente declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório
- 12.3. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.
- 12.4. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não entregar o bem ou não apresentar situação regular, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.4.1. A proponente vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o Contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado.

13. DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio e a proponente vencedora, serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do proponente vencedor
- 13.2. Será convocado formalmente a vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil, conforme previsto no Artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, que deverá comparecer dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação.
- 13.3. O Pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar a ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos proponentes na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proponente que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- 13.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- 13.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, podendo ocorrer licitações específicas, para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 13.6. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 13.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:
- I) Por iniciativa da Administração:
- a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- II) Por iniciativa do fornecedor:
- a) Mediante solicitação escrita, comprovando estar impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Precos;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, considerando-se cancelado o preço registrado.

Parágrafo terceiro – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Parágrafo quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto – Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

14. DA REVISÃO DE PRECOS

- 14.1. O preço estabelecido é fixo e irreajustável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.
- 14.1.1. A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela Empresa Fornecedora a CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 14.1.2. A recomposição dos preços em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela Fornecedora (requerimento, planilha de custos e documentos de suporte).
- 14.2. Enquanto as eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Fornecedora não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

15. DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A realização dos exames serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Administração da Fundação Hospitalar Municipal santo Antônio, através de servidor designado por Portaria, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos exames observando o disposto no Edital e seus anexos, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.
- 15.2. A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto desta licitação.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Itaiópolis revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 17.1.1. O Município de Itaiópolis poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 17.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 17.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 17.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 17.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7. As decisões referentes a este pregão eletrônico poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município DOM.
- 17.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 17.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 17.10. Não cabe à Bolsa de licitações e Leiloes do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega do objeto e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 17.11. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Itaiopolis/SC, Estado de Santa Catarina, considerando aquele a que está vinculado o Pregoeiro.
- 17.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Itaiopolis, Estado de Santa Catarina, à Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, ou pelo fone 47 -3652-2211, para melhores esclarecimentos.
- 17.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 17.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 17.15. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais, observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

18. ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Exigências para Habilitação

ANEXO III - Modelo de proposta comercial para proponente vencedora

ANEXO IV - Termo de adesão ao sistema eletrônico de licitações da BLL

ANEXO V - Declaração Unificada

ANEXO VI - Modelo de declaração de assinatura da ata de registro de preços

ANEXO VII - Minuta da ata de Registro de Preços



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

Itaiópolis, 03 de Março de 2023.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO ALICE ANDRZEJEWSKI WOJCIECHOWSKI Administradora Hospitalar

Código registro TCE:

BB990CD2ED59CD81014121511548F70B82DF70C4



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. OBJETO

Registro de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, voltado para pacientes internados, em observação e saúde do trabalhador, com cobertura de urgência e emergência, ininterruptamente durante 24 horas (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Os exames laboratoriais são uma das principais ferramentas para o correto diagnóstico do paciente, auxiliando o raciocínio médico após a obtenção da história clínica e a realização do exame físico. Os médicos utilizam do conjunto de exames que as análises clínicas abrange sendo estes utilizados para verificar de forma minuciosa as condições de saúde do paciente. À medida que sem um exame de laboratório é praticamente impossível dar um diagnóstico preciso. As análises clínicas envolvem uma série de processos que estudam o material biológico, desde sangue até fragmentos de tecido. De acordo com o tipo de amostra, composto ou conforme a suspeita inicial do médico, as análises clínicas são feitas em setores específicos. Tendo em vista que a FHMSA ate 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, torna-se necessário a contratação de um prestador de serviço.

3. RELAÇÃO DOS ITENS E VALOR MÁXIMO (Todos os itens pertencem ao lote nº 01)

ItemQuan	t. Un.	Especificação	Valor Un. Valor Total	
Lote	Lote nº 0	<u>1</u>		
1	150UNE	DOSAGE	EM DE AMILASE 4,74	711,00
2	160UNI	DOSAGE	EM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES 4,40	704,00
3	550UNE	DOSAGE	EM DE CREATININA 3,84	2.112,00
4	100UNE	DOSAGE	EM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) 6,18	618,00
5	100UNE	DOSAGE	EM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB 14,47	1.447,00
6	80UNE	DOSAGE	EM DE DESIDROGENASE LATICA LDH 6,67	533,60
7	100UNE	DOSAGE	EM DE FOSFATASE ALCALINA 3,89	389,00
8	100UNE	DOSAGE	EM DE GLICOSE 3,80	380,00
9	50UNE	DOSAGE	EM DE LIPASE 5,77	288,50
10	50UNE	DOSAGE	EM DE MAGNÉSIO 3,96	198,00
11	600UNE	DOSAGE	EM DE POTASSIO 4,39	2.634,00
12	300UNE	DOSAGE	EM DE SODIO 4,00	1.200,00
13	250UN[DOSAGE	EM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO) 3,76	940,00
14	250UNE	DOSAGE	EM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP) 3,76	940,00
15	500UNE	DOSAGE	EM DE UREIA 3,79	1.895,00
16	100UNI	DETERN ATIVADA	MINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP 5,72 A)	572,00
17	100UNE	DETERM	MINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) 4,46	446,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO – RUA ALOIS TYSZKA, 250, CENTRO CNPJ Nº 84.264.217/0001-07 – FONE: 47 3652-2033 – ITAIOPOLIS/SC



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro

SC

ITAIÓPOLIS

18	150UND	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	3,74 561,00
19	1000UND	HEMOGRAMA COMPLETO	6,26 6.260,00
20	150UND	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	12,26 1.839,00
21	200UND	DOSAGEM DE TROPONINA	28,15 5.630,00
22	500UND	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA (PARCIAL URINA)	7,23 3.615,00
23	200UND	ANTIBIOGRAMA	8,34 1.668,00
24	150UND	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNOSTICADA)	7,65 1.147,50
25	150UND	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	8,76 1.314,00
26	50UND	HEMOCULTURA	22,64 1.132,00
27	150UND	GAMA GT	3,40 510,00
28	100UND	BETA HCG QUANTITATIVO	14,00 1.400,00
29	100UND	DOSAGEM CÁLCIO	2,70 270,00
30	100UND	DOSAGEM DDIMERO	111,26-11.126,00
31	100UND	DOSAGEM ALBUMINA	5,12 512,00
32	100UND	DOSAGEM LACTATO	9,42 942,00

Valor total : 53.934,60

4. PREÇO ESTIMADO A SER ADQUIRIDO DA LICITAÇÃO

4.1. O valor estimado da licitação atinge o montante de R\$ 53.934,60 (Cinquenta e três mil e novecentos e trinta e quatro Reais e sessenta Centavos).

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. Justifica-se a solicitação do julgamento **POR LOTE**, tendo em vista que os exames são normalmente solicitados na urgência e emergência, o que facilita a coleta, o transporte do material e a realização do exame e por consequência a agilidade no diagnóstico do paciente.

6. REGIME DE EXECUÇÃO: MAIOR DESCONTO POR LOTE

7. DA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. A opção pela modalidade de Pregão Eletrônico consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

8. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Tendo em vista o caráter estimativo dos quantitativos e a solicitação parcelada, visto que não temos como prever a quantidade de pacientes que necessitará de determinados exames, tendo apenas o Histórico de Consumo anterior para usar como base, torna-se necessária a aquisição através de Registro de Preços.

9. PRAZO CONTRATUAL

9.1. O prazo da vigência da Ata de Registro de Precos é de 12 (doze) meses.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado até 20 (vinte) dias, após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.
- 10.2. Os pagamentos serão creditados em favor da Empresa Vencedora por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 10.3. O valor da proposta vencedora permanecerá irreajustável.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

10.4. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 11.1. As despesas relativas ao objeto deste Pregão correrão à conta dos seguintes orçamentos:
- 5 10.001.10.302.0009.2093.3.3.90.00.00 Manutenção da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio Recurso 0.1.02.1020.
- 5 10.001.10.302.0009.2093.3.3.90.00.00 Manutenção da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio Recurso 0.1.02.1060.

12. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1. O objeto será solicitado conforme a necessidade do órgão gerenciador, após assinatura e publicação da Ata de Registro de Preço, através de requisição/solicitação ou apresentação de nota de empenho, devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente indicado pelo gestor da pasta.
- 12.2. Os exames serão solicitados mediante prescrição médica através de "Pedido de Exame" em papel personalizado da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, emitido por profissional competente (médico), devidamente, assinada, datada e carimbada pelo profissional emitente.
- 12.3. Conforme a demanda e necessidades de atendimentos, serão solicitados exames de rotina, de urgência e de emergência, de forma ininterruptamente, ou seja, durante 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive, sábados, domingos e feriados.
- 12.4. A coleta do material necessário para realização dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas será feita por funcionários da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, realizada nas dependências.
- 12.5. O contratante deverá coletar o material e encaminhá-lo/transportá-lo para análise até o ponto de coleta do Laboratório:
- 12.6. A entrega dos resultados dos exames deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas contadas da entrega no laboratório;
- 12.7. Deverá ser comunicado por escrito à solicitante, no prazo máximo de 01 (uma) hora que antecede o prazo de vencimento da entrega do resultado do exame, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 12.8. Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados virtualmente e individualmente na plataforma online, de responsabilidade do laboratório, com acesso para o funcionário responsável e ao paciente, de forma protocolizada para que não ocorram extravios
- 12.9. Deverão ser atendidas somente as guias de exames emitidas em papel próprio da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, em duas vias, assinadas, datadas e carimbadas pelo profissional competente.
- 12. 10. Os serviços deverão ser prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de Recursos Humanos da Contratada, de sua inteira responsabilidade, ou seja, prestar os serviços diretamente com seus profissionais, devidamente capacitados e habilitados, com inscrição no devido Conselho de classe sendo de sua responsabilidade arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, considerando-se profissionais da contratada.
- 11.11. O prestador do serviço deverá solucionar de forma rápida e efetiva quaisquer problemas gerados na realização dos exames ou em casos de atrasos dos resultados, junto ao paciente, médico e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- 12.12. O prestador de serviço deverá emitir relatório dos procedimentos e serviços realizados diariamente ao final de cada mês um Relatório Consolidado ao setor de compras da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- 12.13. Caso seja solicitado pelo paciente, responsável, procurador ou poder judiciário, a segunda via dos resultados dos exames realizados, o Prestado do serviço deverá providenciar, visto que o acesso às informações contidas no prontuário médico são um direito do paciente.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 12.14. Deverá possuir recursos humanos especializados: pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador;
- 12.15. Dispor, em seus quadro permanente, profissionais capacitados e habilitados de nível superior, inscritos nos respectivos conselhos, para supervisão e responsabilidade técnica, inclusive perante a Vigilância Sanitária;
- 12.16. Fornecimento de materiais, equipamentos, instrumentais, insumos e reagentes laboratoriais, bem como todo o material de expediente;
- 12.17. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);
- 12.18. Insumos e utensílios para higienização do ambiente laboratorial (saneantes domissanitários) e deposição de resíduos gerados no serviço.
- 12.19. Manter os registros de formação e qualificação de sua equipe técnica compatíveis com as funções desempenhadas, sempre que solicitado.
- 12.20. A contratada deverá possuir sede e/ou laboratório num raio de até 45 Km de distância da Contratante para entrega das amostras, tendo em vista que é de responsabilidade da contratante a coleta e transporte até o laboratório, outrossim a necessidade de rapidez para obter o resultado. Seguindo assim o princípio da economicidade e eficiência da administração pública.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os exames de rotina e manter a cobertura de urgência e emergência, ininterruptamente durante 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive, sábados, domingos e feriados:
- b) Executar o serviço na quantidade, qualidade, local, prazo e condições e especificações estipulados neste Termo, bem como, na proposta apresentada em sessão, conforme valores adjudicados e homologados:
- c) Assegurar a execução do objeto licitado no prazo máximo de 02 (duas) horas, entre entrega e resultado:
- d) Responsabilizar-se com as despesas concernentes a execução do objeto compreendendo, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;
- e) Assegurar a confiabilidade dos servicos laboratoriais prestados:
- f) Atender com prontidão às reclamações de seus servicos, sanando-as no prazo estipulado:
- g) Disponibilizar numero de profissionais capacitados e habilitados suficiente para uma escala de trabalho que atenda as características e especificidade da Unidade, mantendo-os nos horários predeterminados pela Contratante atendendo ao funcionamento ininterrupto da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- h) Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;
- i) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado a contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;
- j) Comunicar imediatamente e por escrito `Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- k) Comunicar a Administração da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- Comunicar o servidor responsável pelo acompanhamento e Fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para adoção das providências cabíveis e necessárias;



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- m) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de execução do objeto especificado, não cabendo, portanto a alegação de atraso do serviço devido ao não cumprimento da execução por parte da Fornecedora;
- n) Emitir relatórios dos procedimentos e serviços realizados diariamente e ao final de cada mês emitir um Relatório Consolidado;
- o) Fornecer todos os equipamentos, instrumentais, insumos e reagentes usuais na prestação dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em perfeitas condições de uso, compatíveis à boa execução dos serviços – com observâncias às recomendações aceitas pela boa técnica, manuais, normas e legislação. Utilizá-los conforme técnicas de recomendação do fabricante, com base científica comprovada para realização dos exames;
- p) Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- q) Prestar esclarecimentos, por escrito, sempre que solicitados pela Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio quando da ocorrência de reclamações e se obrigam a atendê-las prontamente;
- r) Manter cadastro dos usuários, assim como prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e os demais documentos pelo prazo legal;
- s) Submeter-se à fiscalização permanente do órgão gerenciador, ficando sujeito também ao Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria do SUS;
- t) Dar imediata ciência ao Órgão Contratante de qualquer anormalidade ocorrida em qualquer fase dos procedimentos, de modo particular aquelas que envolvam direta ou indiretamente a qualidade e segurança do atendimento ao paciente;
- u) Disponibilizar número de profissionais capacitados e habilitados suficientes para uma escala de trabalho que atenda as características e especificidade da Unidade, atendendo ao funcionamento ininterrupto da FHMSA.

14. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Registro de Precos:
- b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando e fiscalizando sua execução, de forma a assegurar o estabelecido nas especificações técnicas;
- c) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela contratada;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, bem como aos seus funcionários, que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
- f) Realizar a coleta dos exames e garantir o transporte de forma correta até o ponto de entrega;
- g) Para o transporte de amostras, deverá possuir instruções escritas estabelecendo as condições de temperatura e padrão técnico para garantir a sua integridade e estabilidade.

15. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

No caso de descumprimento das obrigações elencadas no item 13. "DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES" além daquelas previstas na Lei 8.666/93 e no códex civil, o Município, fica autorizado a descontar dos pagamentos (das faturas) os danos e prejuízos comprovados.

16. DA REVISÃO DE PREÇOS

16.1. O preço estabelecido é fixo e irreajustável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

16.1.1. A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela Empresa Fornecedora a CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

16.1.2. A recomposição dos preços em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela Fornecedora (requerimento, planilha de custos e documentos de suporte).

16.2. Enquanto as eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Fornecedora não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

17. DAS PENALIDADES

- 17.1. A Fornecedora estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Não for realizado o objeto da licitação no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 17.2. A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7° da Lei n° 10.520/02:
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.
- 17.3. Nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520/02, se a proponente, convocada dentro prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da licitação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 17.4. A aplicação das sanções previstas nos itens 17.2 e 17.3 competem ao Chefe do Poder Executivo ou ao Secretário Municipal, conforme o caso, após prévia manifestação do Departamento Jurídico.
- 17.5. As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.
- 17.6. A aplicação das sanções prevista neste item não exclui a responsabilização da proponente inadimplente por eventuais perdas ou danos causados a Prefeitura.
- 17.7. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. A FHMSA não está obrigado a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante na Ata de Registro de Preços a ser firmado, vez que as quantidades contidas no Termo de Referência são estimativas de consumo, podendo a Administração promover a execução do serviço de acordo com suas necessidades, obedecendo à legislação pertinente.

Itaiópolis, 03 Março de 2023.

ALICE ANDRZEJEWSKI WOJCIECHOWSKI Administradora Hospitalar



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO II PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2023

1. HABILITAÇÃO

- 1.1. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO
- 1.1.1. Os documentos de habilitação solicitados deverão ser anexados no sistema de compras eletrônicas, endereço http://bllcompras.org.br, devendo o proponente anexar ao processo deste pregão quando do cadastramento da proposta de preço, sob pena de desclassificação.

1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1.2.1. Habilitação Jurídica, por intermédio dos seguintes documentos:
- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, estatuto/contrato social em vigor com a última alteração contratual (se houver) ou Contrato Social Consolidado
- c) No caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração da finalidade social de atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devendo o capital social estar registrado e integralizado.

1.2.2. Qualificação Econômico-Financeira, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A Certidão deve estar em plena validade e, na hipótese de inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 90 (noventa dias anteriores à abertura da licitação.
- a.1) Considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de abril de 2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema EPROC quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente. Caso contrário não terão validade. (Somente para empresas sediadas em Santa Catarina).

1.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Certidão Conjunta negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal.
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal:
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT

1.2.4. Habilitação Técnica:

- a) Certidão de Responsabilidade Técnica expedida pelo Conselho de Farmácia;
- b) Cópia autenticada do Alvará de Localização, em vigência;
- c) Cópia autenticada Alvará sanitário, em vigência;
- d) Registro no CNES;
- e) Comprovação de participação de controle de qualidade externo.

1.2.5. Outras Declarações

- a) Declaração Unificada anexo V
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 (noventa) dias, da data prevista para abertura das propostas de preços.
- c) Dados do responsável pera assinatura da Ata de Registro de Preços Anexo VI.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 1.3. Se o proponente for da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, eles deverão ser da filial, à exceção daqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 1.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar do Proponente, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento
- 1.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 1.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 1.8. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 43 § 1°, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 1.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 1.10. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.

Do envio da Documentação:

Ficam dispensadas da apresentação da documentação de habilitação via correio:

a) as empresas vencedoras que, anexaram no momento do cadastro da proposta os documentos obtidos via internet ou com assinatura digital em todas as páginas, podendo os mesmos ter sua autenticidade comprovada através de conferência eletrônica pelo pregoeiro no ato de abertura da documentação de habilitação.

Ficam dispensadas da apresentação da proposta de preços atualizada via correio:

a) as empresas vencedoras que enviarem a proposta de preços adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, com assinatura digital em todas as páginas, dentro do prazo de 03 (três) horas, através do e-mail cpl.itaiopolis@gmail.com caso a proponente não possua todos os documentos com autenticação digital, os originais dos documentos exigidos neste anexo deverão ser entregues ao pregoeiro, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços já adequada ao seu último lance, no endereço descrito no item 5.24 deste edital.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO III

Pregão Eletrônico Nº 01/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PROPONENTE VENCEDORA

1.	. IDENTIFIC	CACAO	DO	CONCOR	RENTE

······································							
Razão Social/Nome:							
Endereço:							
Município:		CEP:		UF:			
CNPJ:							
Fone ()		Fax: ()					
E-mail:							
Banco:	Agência:		Conta:				
Representante:							
Fone: ()		Fax:					
Possui assinatura Digital: () Sim							

2. Na proposta deverá conter

- a) Valores unitários e totais de cada item, já computados eventuais impostos e outras despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento;
- b) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.
- Atendidos todos os requisitos será considerada vencedora a proponente que oferecer o menor preço –
 Maior Desconto por Lote.
- 3.O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo I.

4. PROPOSTA COMERCIAL FINAL (proponente vencedora)

Deverá ser cotado preco unitário e total dos itens, conforme especificações abaixo.

	and the state of t					
item	Descrição	Unid.	Qtd	Marca	Valor	Un Valor Total
	·	Medida	Licitada		(R\$)	(R\$)

5. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência.

OBS: Nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

7. VALIDADE DA PROPOSTA

De no mínimo, 60(sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DIO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ A DECISÃO



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (pessoa física ou jurídica)				
Nome: (Razão Social)				
Endereço:				
Complemento	Bairro			
Cidade:	UF			
CEP:	CNPJ/CPF:			
Inscrição estadual:	RG			
Telefone comercial:	FAX:			
Celular:	E-mail:			
Representante legal:				
Cargo:	Telefone:			
Ramo de Atividade:				

- 1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
- 2. São responsabilidades do licitante:
- i) Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II) observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III) Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV) Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e V) pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- 3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações de Leilões do Brasil.
- 4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
- 5. (cláusula facultativa para caso de uso de corretoras)
- O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
- I) Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital:
- II) Apresentar lance de preço:
- II) Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro:
- IV) Solicitar informações via sistema eletrônico;
- V) Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI) Apresentar e retirar documentos;
- VII) Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII) Assinar documentos relativos às propostas;

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO – RUA ALOIS TYSZKA, 250, CENTRO CNPJ Nº 84.264.217/0001-07 – FONE: 47 3652-2033 – ITAIOPOLIS/SC



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

IX) Emitir e firmar o fechamento da operação: e

X) Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato,	que não
poderá ser substabelecido.	

'				
Corre	etora:			
Ende	ereço:			
CNP	J:			
pelo L prazo	icitante, mediante cor		o ser rescindido ou revogado, a qualquer te zo das responsabilidades assumidas dura to.	
Assina	atura;			
	(reconhecer fi	irma em cartório)		
	co ao termo de Adesão ção de Usuário do Sis	(Licitante diret	ções da Bolsa de Licitações e Leilões do B o)	rasil
	io Social do Licitante:	sterria		
	J:/CPF:			
Oper	adores			
1	Nome:			
	CPF:		Função:	
	Telefone:		Celular:	
	Fax:		E-mail:	
2	Nome:			
	CPF:		Função:	
	Telefone:		Celular:	
	Fax:		E-mail:	
I. a see seu tit seu us II. o ca seu tit III. a p à bols IV. o L por se V) o n Proteç Local Respo	ular, não cabendo à bo so indevido; ancelamento de senha ular ou do Licitante; erda de senha ou de C a, para o necessário b icitante será responsá ou usuário, por sua cor	olsa nenhuma responsabilidade para ou Chave Eletrônica poderá ser Chave Eletrônica ou a quebra de soloqueio de acesso; e ável por todas as propostas, lancenta e ordem, assumindo-os como a ensejada a sua inclusão no cac	para acesso ao sistema são de uso exclusivor eventuais danos ou prejuízos decorrenter feito pela bolsa, mediante solicitação escriseu sigilo deverá ser comunicada imediatantes de preços e transações efetuadas no sisto firmes e verdadeiros; e dastro de inadimplentes da Bolsa, no Servic	es de ita de nente tema,
		(Reconhecer firma no Cartório		



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO V

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo	presente	instrumento, a	empresa	,	CNPJ nº	,	com	sede	na
		, atra	vés de se	u representante leg	gal, Sr.(a).	portador(a)	da	carteira	de
Identio	dade nº	CPF nº .		, declara, perante	à Lei, que a	até a presente da	ata:		

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
- f) Tem conhecimento do instrumento convocatório e que recebeu todos os documentos e informações, que conhece e acata as condições para cumprimento das obrigações objeto da Licitação;
- g) De que cumpre os requisitos do Edital e cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente procedimento licitatório.
- () Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte.

LOCAL E DATA

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS:

- 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa proponente possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A empresa	_, inscrita no CNPJ sob o n
, sediada	, po
intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)	, portador(a) da
Carteira de Identidade nº e CPF nº	, DECLARA para fin
específico de futura contratação com a FUNDAÇÃO	HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
considerando o Pregão Eletrônico nº 01/2023- Sistema de	Registro de Preço, que o instrumento será assinado
pelo Sr. (a), (quali	iicação) portador(a) da Carteira de Identidade n
e CPF nº, resident	e e domicílio na Rua
nº , bairro, CEP, cidade	de, Estado
Possui assinatura digital () Sim () Não E-mail para envio da Ata para ser assinada digitalmen	te:
(Nome da empresa, do Declarante e sua Assinatura)	



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA № 01/2023

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alois Tyszka, 250, Centro, em Itaiopolis-SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.264.217/0001-07, ora em diante simplesmente denominada CONTRATANTE, neste ato, representada pela Administradora Hospitalar, Sra. Alice Andrzejewski Wojciechowski, denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., sediada à Rua ..., ..., na cidade de ..., Estado de ..., representada neste ato pelo, Senhor ..., portador do CPF nº, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA. Considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Decreto Municipal nº 1617/2015, de 1º de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 2025/2018 e do Edital Pregão Eletrônico n 01/2023 de 14/02/2023, homologado em .../../2023.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, voltado para pacientes internados, em observação e saúde do trabalhador, com cobertura de urgência e emergência, ininterruptamente durante 24 horas (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.
- 2.2. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos exames, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade e condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3. Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5. O aumento decorrente da recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preços registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

3. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nele estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2023 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

4. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. O objeto será solicitado conforme a necessidade do órgão gerenciador, após assinatura e publicação da Ata de Registro de Preço, através de requisição/solicitação ou apresentação de nota de empenho, devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente indicado pelo gestor da pasta.
- 4.2. Os exames serão solicitados mediante prescrição médica através de "Pedido de Exame" em papel personalizado da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, emitido por profissional competente (médico), devidamente, assinada, datada e carimbada pelo profissional emitente.
- 4.3. Conforme a demanda e necessidades de atendimentos, serão solicitados exames de rotina, de urgência e de emergência, de forma ininterruptamente, ou seja, durante 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive, sábados, domingos e feriados.
- 4.4. A coleta do material necessário para realização dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas será feita por funcionários da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, realizada nas dependências.
- 4.5. O contratante deverá coletar o material e encaminhá-lo/transportá-lo para análise até o ponto de coleta do Laboratório;
- 4.6. A entrega dos resultados dos exames deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas contadas da entrega no laboratório;
- 4.7. Deverá ser comunicado por escrito à solicitante, no prazo máximo de 01 (uma) hora que antecede o prazo de vencimento da entrega do resultado do exame, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 4.8. Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados virtualmente e individualmente na plataforma online, de responsabilidade do laboratório, com acesso para o funcionário responsável e ao paciente, de forma protocolizada para que não ocorram extravios.
- 4.9. Deverão ser atendidas somente as guias de exames emitidas em papel próprio da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, em duas vias, assinadas, datadas e carimbadas pelo profissional competente.
- 4.10. Os serviços deverão ser prestados por profissionais pertencentes ao quadro de Recursos Humanos da contratada, de sua inteira responsabilidade, ou seja, prestar os serviços diretamente com seus profissionais, devidamente capacitados e habilitados, com inscrição no devido conselho de classe,
- sendo de sua responsabilidade arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, considerando-se profissionais da contratada.
- 4.11. O prestador deverá solucionar de forma rápida e efetiva quaisquer problemas gerados na realização dos exames ou em casos de atrasos dos resultados, junto ao paciente, médico e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- 4.12. O prestador deverá emitir relatórios dos procedimentos e serviços realizados diariamente ao final de cada mês um Relatório Consolidado ao setor de compras da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- 4.13. Caso seja solicitado pelo paciente, responsável, procurador ou poder judiciário, a segunda via dos resultados dos exames realizados, o Prestado do serviço deverá providenciar, visto que o acesso às informações contidas no prontuário médico são um direito do paciente.
- 4.14. Deverá possuir recursos humanos especializado: pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador;
- 4.15. Dispor, em seu quadro permanente, profissionais capacitados e habilitados de nível superior, inscrito nos respectivos conselhos, para supervisão e responsabilidade técnica, inclusive perante a Vigilância Sanitária:
- 4.16. Fornecimento de materiais, equipamentos, instrumentais, insumos e reagentes laboratoriais, bem como todo o material de expediente;
- 4.17. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);
- 4.18. Insumos e utensílios para higienização do ambiente laboratorial (saneantes domissanitários) e deposição de resíduos gerados no serviço;



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- 4.19. Manter os registros de formação e qualificação de sua equipe técnica compatíveis com as funções desempenhadas, sempre que solicitado.
- 4.20. A contratada deverá possuir sede e/ou laboratório num raio de até 45 Km de distância da Contratante para entrega das amostras, tendo em vista que é de responsabilidade da contratante a coleta e transporte até o laboratório, outrossim a necessidade de rapidez para obter o resultado. Seguindo assim o princípio da economicidade e eficiência da administração pública.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Pregão correrão à conta dos orçamentos dos exercícios de 2023/2024:
- 5 10.001.10.302.0009.2093.3.3.90.00.00 Manutenção da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio Recurso 0.1.02.1060
- 5 10.001.10.302.0009.2093.3.3.90.00.00 Manutenção da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio Recurso 0.1.06.1020

6. DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado até 20 (vinte) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.
- 6.2. Os pagamentos serão creditados em favor da Empresa Fornecedora por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 6.3. O valor da proposta vencedora permanecerá irreajustável.
- 6.4. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os exames de rotina e manter a cobertura de urgência e emergência, ininterruptamente durante 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive, sábados, domingos e feriados:
- b) Executar o serviço na quantidade, qualidade, local, prazo e condições e especificações estipulados neste Termo, bem como, na proposta apresentada em sessão, conforme valores adjudicados e homologados;
- c) Assegurar a execução do objeto licitado no prazo máximo de 02 (duas) horas, entre entrega e resultado;
- d) Responsabilizar-se com as despesas concernentes a execução do objeto compreendendo, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;
- e) Assegurar a confiabilidade dos serviços laboratoriais prestados;
- f) Atender com prontidão às reclamações de seus serviços, sanando-as no prazo estipulado;
- g) Disponibilizar número de profissionais capacitados e habilitados suficiente para uma escala de trabalho que atenda as características e especificidade da Unidade, mantendo-os nos horários predeterminados pela Contratante, atendendo ao funcionamento ininterrupto da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio.
- h) Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do Certame;
- i) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado a contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;
- j) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

- k) Comunicar a Administração da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;
- Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- m) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de execução do objeto especificado, não cabendo, portanto a alegação de atraso do serviço devido ao não cumprimento da execução por parte da Fornecedora;
- n) Emitir relatórios dos procedimentos e serviços realizados diariamente e ao final de cada mês emitir um Relatório Consolidado;
- o) Fornecer todos os equipamentos, instrumentais, insumos e reagentes usuais na prestação dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em perfeitas condições de uso, compatíveis à boa execução dos serviços – com observâncias às recomendações aceitas pela boa técnica, manuais, normas e legislação. Utilizá-los conforme técnicas de recomendação do fabricante, com base científica comprovada para realização dos exames;
- p) Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- q) Prestar esclarecimentos, sempre que solicitados pela Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio quando da ocorrência de reclamações e se obrigam a atendê-las prontamente;
- r) manter cadastro dos usuários, assim como prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e os demais documentos pelo prazo legal;
- s) Submeter-se a fiscalização permanente do órgão gerenciador, ficando sujeito também ao Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria do SUS:
- t) Dar imediata ciência ao Órgão Contratante de qualquer anormalidade ocorrida em qualquer fase dos procedimentos, de modo particular aquelas que envolvam direta ou indiretamente a qualidade e segurança do atendimento ao paciente;
- u) Disponibilizar número de profissionais capacitados e habilitados suficientes para uma escala de trabalho que atenda as características e especificidade da Unidade, atendendo ao funcionamento ininterrupto da FHMSA.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Registro de Preços;
- b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando e fiscalizando sua execução, de forma a assegurar o estabelecido nas especificações técnicas;
- c) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela contratada;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, bem como aos seus funcionários, que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
- f) Realizar a coleta dos exames e garantir o transporte de forma correta até o ponto de entrega;
- g) Para o transporte de amostras, deverá possuir instruções escritas estabelecendo as condições de temperatura e padrão técnico para garantir a sua integridade e estabilidade.

9. DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

No caso de descumprimento das obrigações elencadas no item 7. "DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES" além daquelas previstas na Lei 8.666/93 e no códex civil, o Município, fica autorizado a descontar dos pagamentos (das faturas) os danos e prejuízos comprovados.



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

10. DA REVISÃO DE PREÇOS

- 10.1. O preço estabelecido é fixo e irreajustável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.
- 10.1.1. A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela Empresa Fornecedora a CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.1.2. A recomposição dos preços em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela Fornecedora (requerimento, planilha de custos e documentos de suporte).
- 10.2. Enquanto as eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Fornecedora não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1. A Fornecedora estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Não for realizado o objeto da licitação no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 11.2. A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7° da Lei n° 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.
- 11.3. Nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520/02, se a proponente, convocada dentro prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da licitação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas nos itens 11.2 e 11.3 competem ao Chefe do Poder Executivo ou ao Secretário Municipal, conforme o caso, após prévia manifestação do Departamento Jurídico.
- 11.5. As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.
- 11.6. A aplicação das sanções prevista neste item não exclui a responsabilização da proponente inadimplente por eventuais perdas ou danos causados a Prefeitura.
- 11.7. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93, será exercido ampla e irrestrita fiscalização, através de um representante ou Comissão a ser designada, tendo por escopo atender o Princípio da Legalidade e tutelar o interesse público.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:
- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os medicamentos decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos produtos;
- f) perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;



CNPJ 84.264.217/0001-07 Rua Alois Tyszka 250 -CEP- 89340-000 - Fone (047) 3652-2033 Centro ITAIÓPOLIS - SC

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Itaiopolis, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Itaiópolis, ... de de 2023.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO ALICE ANDRZEJEWSKI WOJCIECHOWSKI Administradora Hospitalar CONTRATANTE

> EMPRESA REPRESENTANTE FUNÇÃO